

## UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS CONCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E O “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Maria Hosana Borges Duarte<sup>1</sup>  
Fabio Miguel Souza Miranda<sup>2</sup>  
Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda<sup>3</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa buscou entender quais as concepções dos estudantes de uma Escola de Referência em Ensino Médio da cidade de Caruaru-PE, sobre as temáticas de gênero e sexualidade, analisando se e os referentes assuntos foram abordados e como essa abordagem aconteceu, tanto pelos professores, quanto pela instituição escolar, a fim de ampliar as discussões, visualizando como movimentos reacionários, como o movimento Escola Sem Partido, interferiram e tem influência nesse processo, fortalecendo sempre o discurso da existência do chamado “Ideologia de gênero”, privando os alunos de obterem conhecimentos assertivos com grande importância para o desenvolvimento individual e social. Para isso, fez-se o uso de questionários, com perguntas fechadas e abertas, observação não participante e conversas informais, analisadas de forma quantitativa e qualitativa que serão contemplados pelos métodos de análise.

**Palavras-chave:** Escolas Democráticas, Gênero, Sexualidade, Ideologia de Gênero.

### INTRODUÇÃO

Historicamente a escola tem como objetivo formar as novas gerações partindo dos conhecimentos acumulados pela humanidade de forma crítica e reflexiva, para que assim possa modificar e melhorar as condições de convivência social, buscando formas de alcançar equidade e respeito à diversidade. A sociedade brasileira após a colonização cresceu baseada na escravidão instituída pela monarquia, assim inicialmente excluía,

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade. [hosana.duarte@ufpe.br](mailto:hosana.duarte@ufpe.br);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [fabiomiguel.fb@gmail.com](mailto:fabiomiguel.fb@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador: Professor do Núcleo de Formação Docente, Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGDUC/UFPE). Coordenador. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade. E-mail: [marcelo.gmiranda@ufpe.br](mailto:marcelo.gmiranda@ufpe.br);

matavam e se apropriavam da cultura desses povos, impondo seus aspectos que eram predominantemente europeus, isso reverbera atualmente em vários pontos na sociedade, mais incisivamente quando se trata de preconceitos e discriminações para com as minorias.

Diante disso a escola também carrega consigo essas características herdadas, mas a mesma deveria ter total poder de construir e melhorar a sociedade, desmistificando ideias, quebrando tabus, mas ao tentar quebra-los em relação a gênero e sexualidade acaba-se produzindo medos sociais quando se argumenta de forma equivocada. Usufruindo disso os setores conservadores começaram a se mobilizar e interferir no campo educacional, tentando de varias formas ditar o que é permitido na escola e no currículo, dando espaço para movimento conservadores como o movimento Escola Sem Partido.

Como afirma Penna (2017, p. 248) “O Mesp para combater esse pressuposto equivocado, apela para outro extremo: representa os alunos como verdadeiros prisioneiros em sala de aula à mercê da vontade e como vitima do professor abusador” o professor segundo ele deveria ser apenas um reprodutor de conteúdo, não crítico, não poderia se falar sobre educação, muito menos em aprendizagem para formação cidadã, pois a escola deve ter nada sobre isso.

Diante dessas tentativas reacionárias houve quem aderiu e quem foi totalmente contra, mas isso repercutiu de forma absurda, em 2010 quando a proposta o Plano Nacional de Educação (PNE) incluía ensinar sobre raça, gênero e o respeito para com à diversidade, houve uma reação imediata afirmando que essas temáticas seriam nocivas e tornaria os estudantes gays e lésbicas, gerando um pânico moral enorme em cima disso e ganhando mais apoiadores principalmente de camadas religiosas. Segundo Moura e Salles (2018, p. 141) “O viés religioso por traz da expansão dos projetos baseia-se na defesa de uma moral judaico-cristã, no modelo de família nuclear e na necessidade de se lutar contra o “marxismo cultural””.

Na tentativa de criar novos significados surge o vocabulário “ideologia de gênero”, no léxico conservador para disseminar a ideia de que os docentes doutrinarium em sala dissipando essa ideologia maléfica que desvirtuaria os jovens.

“Defendem o que chama de família e costumes tradicionais, unidas em divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo ratificado internacionalmente e nacionalmente há décadas com a

intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero”.  
(REIS; EGGERT, 2017, p. 18)

Assim como diz Marafon e Souza (2017) “Mesmo os regimes discursivos em torno de gênero e sexualidade, bem como das relações étnico-raciais e da diversidade religiosa, encontra-se ameaçados de proibição, anunciando retrocesso na agenda política” deixando clara a intenção de extinguir das temáticas por “doutrinação ideológica e partidária”, compactuando com o aumento de preconceito, das discriminações e da violência para com as chamadas minorias e impedindo melhorias a respeito das discussões.

Esse interesse tão incisivo tem vários motivos ocultos, principalmente em sucatear e deixar a educação sem autonomia, tirando o caráter democrático da escola e apresentando apenas conteúdos que não desenvolvam a criticidade para que o poder da elite mantenha-se, desse modo as formações serão apenas para criação de mão de obra barata e de fácil manipulação ideológica.

A partir dessas pressões sofridas pelos movimentos conservadores, as instituições escolares e muitos professores ficaram receosos, por medo e ameaças de denúncias, já que houve incentivo para que os alunos filmassem as falas dos mesmos. Então se tornou comum não abordar essas discussões, a não inserção desses temas de forma participante no PNE também contribuiu. Isso provavelmente vai afetar as propostas de discussões, eventos e com isso o conhecimento dos estudantes.

Sendo assim analisamos alunos do ensino médio, para entender quais seus saberes sobre essas questões, como isso reflete no cotidiano e na sociedade de forma geral, identificando dificuldades, limitações, formas de preconceito, se abordam ou não os temas e quais as estratégias para que isso seja feito de forma reflexiva e produtiva para com eles.

## **METODOLOGIA**

A metodologia de análise utilizada foi um método misto, em sua maioria ela traz questões quantitativas, apresentando dados numéricos e permitindo uma análise mais objetiva e sussinta das questões, possibilitando uma abordagem estatística descritiva e permitindo avaliar os dados obtidos durante o processo de investigação. Posteriormente temos questões e aspectos qualitativos, para que se possa compreender

melhor o que foi dito de forma quantitativa e proposto a investigação, assim ela é capaz de descrever em grande escala, mas sem deixar totalmente de lado a subjetividade dos indivíduos.

A pesquisa seguiu os seguintes passos: a) Pensou-se no problema de pesquisa e se era viável, b) Foi construído todo o referencial teórico, c) Criou-se o questionário, d) A escola e turmas foram selecionadas, e) O questionário foi aplicado e por fim f) O questionário foi analisado e os resultados obtidos.

Foram entrevistados 40 alunos, matriculados no terceiro do ensino médio, em uma escola de Referência em Ensino Médio de Caruaru-PE, tendo como objetivos específicos: a) Identificar as concepções dos alunos sobre os temas relacionados a gênero, sexualidade, preconceito e ao “ideologia de gênero” e b) Quais e como os temas foram apresentados pelos professores e escola. Como técnica de coleta de dados foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e subjetivas e para uma maior riqueza de detalhes existiu conversas informais e observação não participante.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram entrevistados 40 estudantes do terceiro ano do ensino médio. A idade deles variam entre 16 e 19 anos, sendo 3 alunos de 16 anos, 30 de 17 anos, 6 de 18 anos e 1 de 19 anos. As religiões foram predominantemente cristãs, variando entre católicos e protestantes, assim como seus pais. A faixa de renda foi predominantemente baixa e alguns de classe média baixa, as profissões extremamente variadas, o nível de instrução foi em geral concluintes do fundamental e do ensino médio e poucos o ensino superior.

A primeira questão foi: A escola possui caráter democrático? 75% responderam que sim 20% que não e 5% não responderam, quando questionados o porquê, os que responderam sim, afirmaram em geral que a escola deve ser um ambiente democrático para que se possa estudar sobre os vários temas. Os que responderam não, trouxeram a problemática de que a escola não consegue exercer essa democracia direito, alguns professores são autoritários, as vezes não se tem abertura para todos os tipos de debates, ou entram de forma sussinta, sem nenhum aprofundamento e os que não responderam, alegaram não saber o que seria uma escola democrática. Como afirma Marafon e Souza (2018) “Pensar o lugar da escola na produção de conhecimento que possam questionar

valores eurocêntricos, etnocêntricos, androcêntricos, heteronormativos, homo e transfóbicos presentes no cotidiano escolar”

A segunda questão foi uma extensão da primeira e questiona se a escola possui caráter democrático, ela consegue exercer isso de forma livre? 55% afirmaram que sim justificando que “As coisas acontecem de forma democrática”, “Vivemos em uma democracia, então a escola também é democrática” sendo bastante vagos nas justificativas, 30% afirmaram que não, pois nem sempre conseguem opinar e citam vários campos, como no currículo, na forma de ensino de alguns professores, na realização de eventos e etc., 2,5% assinalaram ambas as questões porque em alguns pontos há democracia e em outros não e 12,5% não responderam, pois não tinham certeza do que seria.

Diante disso podemos afirmar que mesmo não entendendo quais os reais fatores que afetam a autonomia da escola, mesmo afirmando que ela é democrática, não conseguem caracterizar de forma concreta porque e quando, trazem que ela “deveria ser” não que é. Sendo assim:

“Mesmo em sociedades que atingiram elevado grau de democratização da escolaridade desenvolveu-se a dualidade explícita: uma escola mais complexa, rica e que desenvolve conhecimentos, valores e atitudes para dirigir, organizar, comandar e etc.; e uma escola restrita, adestradora para os que se destinam ao trabalho manual ou de execução. Somente mediante lutas permanentes das organizações da classe trabalhadora permitiram-se avanços no direito à escola pública, sem contudo, poder romper com seu caráter dualista.” (FRIGOTTO, 2018, p. 17)

A terceira, quarta e quinta questão, estão ligadas ao preconceito, na primeira delas questionou-se: A sociedade é preconceituosa? 92,5 responderam que sim e 7,5% respondeu que não. Na segunda, se eles já estiveram presentes em situação de preconceito na escola, 70% afirmaram que sim e 30% que não. Na terceira foi perguntado se eles já sofreram algum tipo de preconceito, 47,5% assinalaram que sim, 50% que não e 2,5% não responderam.

Podemos observar que eles consideram a escola um ambiente minimamente menos preconceituoso do que a sociedade no geral, tanto pela quantidade de alunos que presenciaram situações de preconceito quanto pela quantidade dos que sofreram algum tipo diretamente. Segundo a maioria, as medidas tomadas para prevenção não são eficazes e a maioria dos casos não são comunicados, pois são como os mesmos citam “Brincadeiras que magoam”, “Ignorar as pessoas”, “Rir das pessoas por ser pobre, ou

preta, ou gay”. Dessa forma podemos visualizar claramente que os assuntos não estão sendo discutidos de forma correta, ou negligenciados.

“Os PLs ESP buscam proibir explicitamente que professoras e professores discutam, em suas aulas, temas como gênero, sexualidade e, relações étnico-raciais e diversidade religiosos, temas acusados de serem trabalhados com finalidade de “doutrinação ideológica e partidária”, em uma equivocação produtora de mal-entendidos em que “partido” é um reducionismo intencional de “política”.” (MARAFON;SOUZA, 2018, p.80)

Assim, pode-se perceber má influência dos movimentos conservadores como o Movimento Escola Sem Partido, aumentando as questões de preconceito e desigualdades a respeito das diversidades e como isso reflete na formação dos discentes, pois o que acontece no espaço escolar não é neutro, seguem sendo influenciados em sua maioria por interesses na elite, sendo postos no currículo e processos de ensino.

A sexta e sétima questão são: Algum professor abordou questões de gênero e sexualidade? e A escola já promoveu palestras sobre gênero e sexualidade?. Para a primeira, 100% responderam que sim. Quando indagados quais os tipo de assunto, percebe-se que foram poucos casos, apenas quando se falou sobre reprodução e doenças sexualmente transmissíveis. Na segunda, 32,5% afirmaram que sim e 67,5% que não, quando questionados quais os assuntos das palestras os que assinalaram sim, disseram que na instituição houve uma palestra sobre a saúde feminina. Assim, podemos concluir que não ter discussões sobre essas temáticas, como cita Marafon e Souza (2018) “Contribui para a manutenção de privilégios de alguns e para perpetuação de práticas preconceituosas, segregacionistas e violentas contra muitos outros”.

A oitava e nona questões são: Existem desigualdades a respeito de gênero e sexualidade? e Você sabe o que é o Movimento Escola Sem Partido?. Para a primeira, 82,5% afirmaram que sim, 10% que não e 7,5% não responderam. Na segunda 22,5% responderam que sim, fazendo apenas ligações com o significado das palavras que compõem o nome do movimento, declarando que no ambiente escolar não deve haver interferência partidos políticos. 77,5% responderam não e que não ouviram falar sobre. O que demonstram não terem real noção do quanto esse movimento tem influência no ambiente escolar e não questões da manutenção das desigualdades.

“Liberdades individuais, aquelas que protegem os indivíduos do poder discriminatório do Estado, tais como o direito à liberdade de consciência, liberdade de religião, liberdade de expressão, o direito à propriedade, são ressignificadas e tornam-se a liberdade de ser racista, misógino, homofóbico, transfóbico, violento, preconceituoso. O grande desafio deste discurso



conservador é estabelecer o consenso de que esses privilégios são “naturais” e que devem ser mantidos.” (MOURA; SALLES, 2018, p. 148)

Desse modo os movimentos conservadores, como ESP usam dessa tentativa de manutenção de privilégios para que as desigualdades a respeito de gênero, sexualidade, raça, etnia e muitas outras, sejam mantidas e normalizadas, principalmente em ambiente escolar. A partir disso geram-se vários tipos de ataques reacionários, inclusive a instituição escolar e em sua maioria a professores, acusados de usar do ambiente escolar para doutrinação.

A décima questão pergunta se eles sabem o que é o chamado “Ideologia de Gênero”. 17,5% responderam que sim e 82,5% que não, porém eles não conseguiram explicar o que seria, não afirmaram nada em sua maioria e poucas sugestões surgiram de forma aleatórias. Segundo Balieiro (2018) “A noção “ideologia de gênero” se difundiu nos noticiários e nas mídias sociais, quando novos empreendedores morais apareceram em cena, travando uma batalha para barrar iniciativas educacionais sob a perspectiva de gênero”, nessa perspectiva é de extrema importância que eles soubessem do que se trata e como o uso desse dispositivo prejudicou sua formação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção da fundamentação teórica, foram feitas as análises dos questionários aplicados na ida à escola campo, assim podemos apontar que há uma enorme defasagem nos conhecimentos obtidos relacionados a questões de gênero e sexualidade, pois na maioria das indagações feitas os alunos não souberam, ou responderam de forma rasa, sem propriedade. Percebe-se também que mesmo não tendo firmeza no assunto os mesmos conseguem visualizar as determinadas questões socialmente mesmo não sabendo denominar e especificar o que acontece, principalmente nas pontuações ligadas ao preconceito e as desigualdades de gênero, eles conseguem visualizar e relatar, inclusive, situações de preconceito que os próprios sofreram.

Os professores abordaram apenas assuntos ligados intimamente ao currículo e de forma sucinta, falando apenas sobre as questões reprodutivas e doenças sexualmente transmissíveis em épocas isoladas. Trabalhar esses assuntos de forma mais ampla poderia trazer temas como gravidez na adolescência, os métodos contraceptivos com frequência,

não de forma isolada, assim como varias outras abordagens abrangentes. A escola como instituição de democratização e acesso ao conhecimento deveria também ser mais aberta e proporcionar mais eventos a respeito, não de formas isoladas.

A partir disso podemos perceber o quanto essas temáticas fazem falta e o quanto se precisa melhorar nesses aspectos, incluindo aprender sobre o conteúdo de forma concreta e com mais frequencia, quebrando o paradigma e o tabu de que os temas sejam nocivos e os professores alienadores, para que assim se consiga entender sobre o assunto, multiplicar o conhecimento de forma democrática e justa para com todos e combater as injustiças a respeito de gênero, sexualidade, cor e etc..

Dessa forma também é importante enfatizar que essa não discussão aumenta as questões de evasão escolar, pois muitos alunos sofrem preconceitos e acabam desistindo da formação, reforça a reprodução de preconceitos e discriminação, aumentando inclusive os casos de violência sofrida. Assim, deve-se cobrar politicas publicas que educacionais que fortalecam desde a formação docente até a chegada aos alunos e assim à comunidade, uma formação humana para, de forma mais ampla, que haja uma sociedade mais respeitosa, que promova a equidade e combata as formas de violência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Neoconservadorismo e liberalismo. In (Org.) GALLEGOS, E. S. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2018.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como Política Pública**. Campinas, Autores Associados, 2008.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. C.; Métodos Mistos de pesquisa em educação: Pressupostos teóricos. In **Nuances: Estudos Sobre Educação**. São Paulo, v. 24, n. 3, p. 67-80, 2013.

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. In **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Som e Imagem: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2010.



CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2013.

IMA, P. V., PERONI, V. M. V. Escola Sem Partido e as implicações para a democratização da educação. In **Revista Pedagógica**. V. 20, n. 44, p. 121-136, 2018.

JUNQUEIRA, R. D. Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande, Ed. Furg, 2017.

LEAL, N. C. et al. A questão de gênero no contexto escolar. In **Leopoldianum**. V. 43. p. 96-121. 2017

MARAFON, G; SOUZA, M. C. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola? In PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Ed.). **Educação democrática: antidoto ao Escola Sem Partido**. Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2018.

MENDONÇA, A. A. Projeto para educação brasileira: da retórica conservadora ao pânico moral. In **Revista Communitas**. V.2. n. Edição Especial: Conservadorismos: políticas e educação. p. 106-120. 2018.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero"- Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. In **Revista Direito e Práxis**. V. 7. n. 15. p. 590-621. 2016.

MIRANDA, M. H. G. de; LIMA, L. S. G. A. de. A prática pedagógica dos direitos humanos: marcadores sociais da diferença e o combate ao bullying. **Momento-Diálogos em Educação**. V. 28, n. 1, p. 328-348, 2019.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. In **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

MOURA, F. P; SALLES, D. C. O escola sem partido e o ódio a professores que formam crianças (des)viadas. In **Revista Periódicus**, V. 1. n. 9. p. 136-160, 2018.

PENNA, F. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In (Org.) GALLEGU, E. S. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

REIS, T; EGGERT, E. Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação. In **Educação e Sociedade**, Curitiba. V. 38, n. 138, p. 9-26. 2017

SILVA, D. S. N; MIRANDA, M. H. G. de; SANTOS, M. do C. G. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. In **Revista Interterritórios**. V. 6, n. 10, p. 200-224, 2020.



FIGUEIREDO, A. D. R.; MIRANDA, M. H. G. de; ALENCAR, M. F. dos S. MST E EDUCAÇÃO: interfaces mobilizadoras de humanização. In **Revista Saberes da Amazônia**. V. 3, n. 07, p. 3-32, 2018.

MIRANDA, M. H. G. de; OLIVEIRA, A. C. A. Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer: o caso do uso do banheiro. In **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. V. 13, n. 32, p. 350-373, 2016.

BORGES, R. O., BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. In **Revista Brasileira de Educação**. V. 23. p.1-23. 2018.

FRIGOTTO, G. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Ed.). **Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido**. Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2018.